

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012**

**MENSAGEM DA DIRETORIA:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires** apresenta a seguir, o **Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas** preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

**PERFIL DA EMPRESA:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia"), constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. O Aproveitamento Hidrelétrico Teles Pires, empreendimento de infraestrutura contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, foi arrematado no último leilão de geração de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Consórcio Teles Pires Energia Eficiente. No evento de dezembro de 2010 o Consórcio Teles Pires Energia Eficiente saiu vencedor do leilão de concessão para implantação da Usina Teles Pires, com uma proposta de deságio de 33% em relação à tarifa-teto. Depois do leilão, foi criada a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., Sociedade de Propósito Específico (SPE), uma sociedade anônima de capital fechado, responsável por construir e fazer operar a UHE Teles Pires, que tem como acionistas as empresas Neoenergia (50,1%), Eletrobras-Eletrosul (24,5%), Eletrobras-Furnas (24,5%) e Odebrecht Energia (0,9%). Em junho de 2011 foi assinado o contrato de concessão da UHE Teles Pires. A Usina Hidrelétrica Teles Pires está sendo construída no Rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíba (MT). A UHE Teles Pires terá potência instalada de 1.820 megawatts. O empreendimento se localiza no Rio Teles Pires, distante 330 km da junção com o Rio Juruena, ponto onde se forma o Rio Tapajós. O barramento está localizado na divisa dos estados de Mato Grosso e Pará, compreendendo os municípios de Paranaíba - MT e Jacareacanga - PA. O empreendimento está a 945 quilômetros de Cuiabá, por via terrestre, e 85 quilômetros de Paranaíba, a cidade mais próxima. Toda energia gerada pela UHE Teles Pires seguirá por uma linha de transmissão de uso restrito, de 7,5 km, que se conectará na SE Coleitora Norte. A conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN, será através de uma linha de transmissão de 500 KV, que terá seu ponto de conexão ao SIN na SE Ribeirãozinho no estado do Mato Grosso, divisa com o estado de Goiás. A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é

para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: • 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e • 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

**EVOLUÇÃO DA OBRA:** Após a liberação da Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 que foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, começaram os trabalhos de construção da UHE Teles Pires. No dia 19 de agosto de 2011 foi assinado o contrato de empreitada integral Turn Key a preço global, para fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas, montagem, serviços de engenharia, obras civis e comissionamento, com o Consórcio Construtor Teles Pires - CCTP. Este consórcio é composto pelas empresas: Odebrecht, Voith, Alston, PCE e Intercheque. No dia 22 de agosto de 2011 a COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES emitiu a Ordem de Serviço que autorizou o CCTP a dar início à mobilização dos recursos visando o início da construção da UHE Teles Pires. No ano de 2012, foi dado prosseguimento à construção da UHE Teles Pires, tendo sido cumpridos os Marcos Contratuais do Contrato de Concessão previstos para o ano: **Início da Construção da Casa de Força e Solicitação de Acesso para Conexão ao Sistema Interligado.** Ao final do ano de 2012, estavam em funcionamento no Canteiro de Obras lojas comerciais, serviços, pizzaria, sala de recepção e salão para cultos religiosos na nova área de lazer do Alojamento C. Estavam alojadas na Obra 3731 pessoas. O Acesso Definitivo foi liberado para tráfego e foram efetuadas adequações na Rodovia MT 206 para garantir a trafegabilidade no período chuvoso de 2012/2013. Foi iniciada a escavação dos três Túneis de Desvio, prosseguiram as escavações em rocha na área do Circuito Hidráulico da Subestação da Usina e foi iniciada a concretagem das Áreas de Descarga e Montagem, do Edifício de Controle, da Tomada D'água e dos Blocos de Ancoragem dos Condutores Forçados. Foi iniciada a Pré-Montagem, Pintura e Acabamento das peças componentes dos Condutores Forçados e dos Tubos de Sucção.

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires atua ativamente nas localidades onde está estabelecida, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de convênios, ações filantrópicas, realização de obras, doações, programas de meio ambiente, além da realização

de diversos patrocínios culturais. Para compensar as interferências causadas pelo empreendimento foi elaborado o Projeto Básico Ambiental - PBA, onde estão sendo contemplados 44 programas nas diversas áreas: ambiental, social, apoio à infraestrutura local, saúde pública, educação e outros. No período de implantação do empreendimento (38 meses) serão gerados uma média de 4.253 empregos diretos tendo o seu pico no 21º mês chegando a cerca de 6.000 pessoas, sendo 45% dessa mão-de-obra contratada na própria região (Paranaíba, Alta Floresta e Jacareacanga). Neste ano vários marcos foram alcançados na área socioambiental, demonstrando que os programas ambientais estão sendo geridos dentro de um rigoroso acompanhamento dos cronogramas, onde podemos relacionar os seguintes itens de grande relevância e importância para o empreendimento: 1 - Consolidação do escritório da CHTP em Paranaíba que em consequência acelerou o desenvolvimento e acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental do empreendimento: PBA-01; 2 - Renovação do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) perante o Ministério da Saúde: PBA-29 e 30; 3 - Obtenção da Autorização da Supressão da Vegetação (ASV) parcial da área I perante o IBAMA: PBA-03; 4 - Emitidos dois relatórios semestrais e realizados dois workshops com o IBAMA sem notificação: PBA-01; 5 - Realizado o I Seminário dos Resultados dos Programas Ambientais da AHE-TELES PIRES para a comunidade local: PBA-41; 6 - Realizada duas auditorias da PWC sem nenhuma notificação ambiental e demonstrando a total transparência como estão sendo conduzidas as atividades de cada programa ambiental; 7 - Realizada pela JGP Consultoria auditoria baseada nos Princípios do Equador para atender aos requisitos do Banco do Brasil para liberação do financiamento para o empreendimento.

**AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 1 (um) ano.

**AGRADECIMENTOS:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	113.641	123
Títulos e valores mobiliários	5	8.072	357.007
Despesas pagas antecipadamente		1.622	2.115
Impostos a recuperar		3.556	461
Outros ativos		933	1.052
		<u>127.824</u>	<u>360.758</u>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		1.119	1.119
Impostos a recuperar		8.866	65
Imobilizado	6	1.448.692	388.159
Intangível	7	89.085	72.774
		<u>1.547.782</u>	<u>462.117</u>
		<u>1.675.606</u>	<u>822.875</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	87.599	42.719
Obrigações de ressarcimento	14	1.797	1.651
Partes relacionadas		-	77
Empréstimos	11	-	319.342
Impostos a recolher		3.266	19
Outras contas a pagar		437	5.035
		<u>93.099</u>	<u>368.843</u>
<b>Não circulante</b>			
Uso do bem público	12	89.085	72.774
Empréstimos	11	767.976	-
		<u>857.061</u>	<u>72.774</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	13		
Capital social integralizado		745.293	385.218
Prejuízos acumulados		(19.847)	(3.960)
		<u>725.446</u>	<u>381.258</u>
		<u>1.675.606</u>	<u>822.875</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Em milhares de reais		
	2012	2011
<b>Despesas operacionais</b>		
Pessoal	(5.075)	(1.342)
Honorários de diretoria e conselhos (Nota 9)	(588)	(825)
Aluguéis	(1.332)	(570)
Viagens	(1.891)	(817)
Serviços de terceiros	(4.356)	(1.875)
Outras despesas operacionais	(2.058)	(1.085)
<b>Prejuízo operacional</b>	<u>(15.300)</u>	<u>(6.514)</u>
Despesas financeiras	(587)	(78)
Receitas financeiras	-	2.632
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(587)</u>	<u>2.554</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(15.887)</u>	<u>(3.960)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais			
	Capital social realizado	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)</b>	1	(1)	-
Capital integralizado	385.217	1	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	(3.960)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>385.218</u>	<u>(389.925)</u>	<u>(3.960)</u>
Capital integralizado	750.000	-	-
Prejuízo do período	-	-	(15.887)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>1.135.218</u>	<u>(389.925)</u>	<u>725.446</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Em milhares de reais		
	2012	2011
<b>Prejuízo do exercício</b>	(15.887)	(3.960)
Depreciação e amortização (Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais	71	33
Despesas pagas antecipadamente	493	(2.115)
Impostos a recuperar	(11.916)	(65)
Outras contas a receber	119	(1.513)
Depósitos judiciais	-	(1.119)
Fornecedores	(36.701)	(42.719)
Outros passivos	(1.282)	6.782
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<u>(65.103)</u>	<u>40.762</u>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	348.935	357.007
Aquisição de imobilizado	(940.770)	(388.049)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(591.835)</u>	<u>(704.294)</u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	360.075	385.218
Captações de empréstimos	410.381	319.199
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>770.456</u>	<u>704.417</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>113.518</u>	<u>123</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<u>113.641</u>	<u>123</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<u>113.641</u>	<u>123</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>113.518</u>	<u>123</u>
<b>Transações que não envolveram caixa</b>		
Uso do bem público (Nota 12)	16.311	70.726
Capitalização de juros empréstimos	38.253	-
Provisão de fornecedores	81.581	-

Os juros capitalizados provenientes de operações de aplicações financeiras no montante de R\$ 16.125 (R\$ 0 em 2011) estão apresentados nas movimentações de caixa e equivalentes e imobilizado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**1. Informações gerais:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A., com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires S.A., nos Municípios de Paranaíba, Estado do Mato Grosso, e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 7 de setembro de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão da Usina do Bem Público para geração de energia elétrica nº 02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica. O referido Contrato de Concessão é regido pelo Código de Águas, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 852/1938, pelo Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto nº 41.019/1957, pelas Leis nº 8.997/1995, nº 9.074/1995, nº 9.427/1996, nº 9.648/1998, nº 10.848/2004, pelos Decretos nº 2.003/1996, nº 2.655/1998 e nº 5.163/2004 e atualizações. O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Hidrelétrica Teles Pires S.A. passarão a integrar o patrimônio do União, mediante indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente. A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: • 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e • 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A Companhia está incorrendo em gastos relacionados com a implantação do aproveitamento hidroelétrico, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos dar-se-á a partir do início das operações. A investida apresenta capital circulante líquido de R\$ 34.725 e prejuízos acumulados de R\$ 19.847 e atualmente depende do suporte financeiro de seus acionistas. Aliado a isso, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao BNDES para financiar a construção da usina (Nota 11). Em 19 de agosto de 2011, foi firmado um contrato em regime EPC ("Engineering Procurement and Construction"), no qual o Consórcio Construtor Teles Pires S.A. foi contratado para executar o projeto e as obras civis, fornecer e montar os equipamentos eletromecânicos do empreendimento. **1.1. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.** A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obtém a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infra-estrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 17 de novembro de 2011. **1.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto pelo ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente decorrente das aquisições destinadas à construção da usina. A Companhia foi beneficiada com diferimento do DIFAL, pelo Decreto 768 do Governo do Estado do Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de 14 de outubro de 2011. O decreto difere o lançamento do diferencial de alíquota - DIFAL, para o momento da saída subsequente à aquisição do bem. O ICMS decorrente das operações com aquisições de bens destinados à construção da usina foram apresentados pelos seus montantes líquidos no circulante e não circulante. Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a lei 12.783/13, que tem por objetivo promover a redução no custo final da energia elétrica e, dessa forma, facilitar o crescimento do setor. Para tanto, a medida inclui com a renovação das concessões vindicadas de geração e transmissão, diminui os encargos sobre a conta de energia. Todavia, a administração entende que a referida medida provisória não afeta o contrato de concessão de Teles Pires. Administração da Companhia aprovou a emissão dessas Demonstrações Financeiras em 6 de fevereiro de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando mencionado			
	Taxa anual de depreciação %	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<b>Em uso</b>			
Móveis e utensílios	10	173	173
Equipamentos de informática	20	197	197
Benefícios em propriedade de terceiros	5	283	283
(-) Depreciação acumulada		(104)	(33)
		<u>549</u>	<u>620</u>
<b>Em curso</b>			
Gastos a ratear (a)		86.570	9.597
Estudos e projetos		45.122	26.621
Edificações, obras civis e benfeitorias		954.441	196.622
Terrenos		2.358	-
Máquinas e equipamentos		203.252	-
Veículos		1.065	-
Móveis e utensílios		86	-
Adiantamento a fornecedores (b)		155.249	154.699
		<u>1.448.143</u>	<u>387.539</u>
		<u>1,448,692</u>	<u>388,159</u>

(a) Gastos atrelados a construção da usina, que serão rateados aos bens ao final da construção. (b) Referem-se aos valores adiantados decorrente do contrato firmado com o Consórcio Construtor Teles Pires S.A.

**Movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2012:**

	31 de dezembro de 2011	Depreciação de 2012	31 de dezembro de 2012
Móveis e utensílios	173	-	173
Equipamentos de informática	197	-	197
Benefícios em propriedade de terceiros	283	-	283
(-) Depreciação acumulada	(33)	(71)	(104)
	<u>620</u>	<u>(71)</u>	<u>549</u>

	31 de dezembro de 2011	Adições	Transferências	31 de dezembro de 2012
Gastos a ratear	9.597	76.793	-	86.570
Projetos de engenharia	26.621	18.501	-	45.122
Edificações, obras civis e benfeitorias	196.622	757.093	726	954.441
Terrenos	-	2.358	-	2.358
Veículos	-	1.065	-	1.065
Móveis e utensílios	-	86	-	86
Adiantamento a fornecedores	154.699	1.276	(726)	155.249
Máquinas e equipamentos	-	203.252	-	203.252
	<u>387.539</u>	<u>1,060,604</u>	<u>-</u>	<u>1,448,143</u>

**7. Intangível:** Refere-se ao Uso do Bem Público (Nota 12), previsto no contrato de concessão.

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Uso do bem público (Nota 12)	89.085	72.774

**8. Partes relacionadas:** A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2011 dívida no montante de R\$ 77 em aberto junto à empresa coligada Energética Águas da Pedra S.A., empresa cujo principal acionista é a Neoenergia (acionista da Companhia) que foi liquidada neste exercício.

**9. Remuneração dos administradores:** A remuneração destinada aos diretores e conselheiros da Companhia totalizou R\$ 1.279 até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 825 em 2011).

**10. Fornecedores:** O saldo refere-se, basicamente, a serviços prestados pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. durante o mês de dezembro de 2012.

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	81.581	41.548
Outros	6.018	1.171
	<u>87.599</u>	<u>42.719</u>

**11. Empréstimos:** **11.1. Empréstimo Ponte:** A Companhia contratou em 14 de dezembro de 2011, junto ao BNDES, empréstimo no valor de R\$ 450.000, liberado parceladamente. O empréstimo foi negociado para quitação em parcela única, com vencimento em 15 de setembro de 2012 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à Companhia por meio de Contrato de Financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,40% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP divulgada pelo Banco Central. A garantia fiduciária do empréstimo é a Carta Fiança assinada junto ao Banco do Brasil em 15 de dezembro de 2011. Na data de 28 de dezembro de 2011, foi liberada a primeira parcela no valor de R\$ 319.439 (líquido de R\$ 561 referente a Comissão de Estudo do projeto cobrada pelo BNDES). Na data de 27 de março de 2012 foi liberada a parcela restante no valor de R\$ 130.000, totalizando o montante contratado de R\$ 450.000. Em 18 de maio de 2012 a Administração da Companhia renegotiou junto ao BNDES a prorrogação do prazo do empréstimo pontoe em até 6 meses. O empréstimo ponte foi quitado em 7 de novembro de 2012 sem desembolso de caixa, quando ocorreu a liberação do empréstimo de longo prazo.

	Taxa anual de depreciação de juros	31 de dezembro de 2011	Adições	Juros	Baixas	31 de dezembro de 2012
<b>BNDES</b>						
<b>Circulante</b>	TJLP + 2,40%	319.342	130.000	28.377	477.719	

**11.2. Empréstimo de longo prazo:** A Companhia assinou com o BNDES, em 27 de setembro de 2012, os instrumentos denominados documentos de financiamento, sendo eles: (i) Contrato de penhor e outras avencas; (ii) Contrato de cessão fiduciária de direito, administração de contas e outras avencas; e (iii) Contratos de financiamento Direto, firmado com o BNDES no valor de R\$ 1.212.000, e de Repasse de recursos firmado com o Banco do Brasil no valor de R\$ 1.212.000, decorrentes da Dec. Nº Dir. 766/2012-BNDES, de 24 de julho de 2012, no valor total de R\$ 2.424.000. A